

'Governo quer obstruir votação da MP da desindexação

por Sandra Nascimento
de Brasília

Diante da decisão do relator da medida provisória da desindexação no Congresso, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), de incluir em seu parecer mecanismos de proteção aos salários, os líderes do governo já planejam obstruir a votação do relatório, forçando o esvaziamento da comissão especial. Seguem orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que pediu a sua base esforços para impedir a votação da MP, segundo o líder do PP no Senado, Valdemar Costa Neto (SP).

O prazo máximo para apreciação e voto do parecer extingue-se hoje. Caso não haja votação, o relatório segue direto para o plenário e só entrará em pauta conforme decisão do presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AM).

Coutinho Jorge garante



Paulo Paiva

que incluirá no seu parecer o reajuste de 100% do INPC para as faixas salariais até três salários mínimos, reduzindo para 80% de reposição para as demais, sempre nas datas-bases, num efeito cascata. Também irá propor a antecipação do resíduo do IPC-r, previsto pelo texto do governo para ser pago apenas na renovação anual do contrato coletivo.

Contrariando o âmago do texto governista, que classifica como inflacionário

qualquer tipo de repasse de inflação para os salários, os líderes do governo devem definir hoje pela manhã a melhor forma de impedir o avanço da proposta de Jorge. A tendência é não optar pela derrubada do relatório pelo voto, mas sim aproveitar a segunda-feira, dia tradicionalmente fraco no Congresso, e esvaziar a comissão.

Um exemplo dessa estratégia foi demonstrado na última sexta-feira, quando o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, compareceu à comissão para debater a MP. Entre os presentes, havia um número considerável de parlamentares da base governista, mas que não pertenciam à comissão. Muitos deles sequer fizeram perguntas a Paiva, restringindo-se a elogios a sua atuação. Da comissão especial, formada por treze parlamentares, dez são de partidos de apoio do governo.

Após ouvir o relator, o ministro do Trabalho classificou como atitude de "oposição ao governo" qualquer tentativa de repassar a inflação ao salários. Para ele, a única forma de proteção salarial é a estabilidade econômica e não mecanismos de repasse, "que não protegem nada". Paiva não quis comentar a tentativa do governo de adiar a votação, afirmando apenas que "é melhor que se tenha uma lei, mas para o governo é melhor ainda que se aprove como está o texto atual".

O encontro entre os parlamentares e o ministro foi marcado por cenas até então improváveis: a concordância, em diversos pontos, entre Paiva, o deputado Jair Meneguelli (PT-SP) e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Foram unâmes em atribuir à Justiça do Trabalho e à atual estrutura sindical os verdadeiros obstáculos à livre negociação.